

PRESIDÊNCIA

O Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em exercício, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

PORTARIA Nº 1797/2025-GP, DE 10 DE ABRIL DE 2025

Designa os membros da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

CONSIDERANDO os termos da Portaria n. 2564/2018-GP, de 13 de junho 2018, com as alterações promovidas pela Portaria n. 2895/2023-GP, de 3 de julho de 2023,

Art. 1º Ficam designados para a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão os seguintes membros, até ulterior deliberação:

- I - Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza Auxiliar da Presidência, que presidirá a Comissão;
- II - Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, Juíza Titular da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Ananindeua;
- III - Antonio Carlos Sampaio Martins de Barros Júnior, representante do Núcleo de Promoção da Acessibilidade e Inclusão (NPAI);
- IV - Evelise de Oliveira Rodrigues, Coordenadora do Núcleo Socioambiental;
- V - Kelly Regina Lima de Lima, representante da Coordenadoria de Gestão Estratégica, que desempenhará a função de secretária da comissão;
- VI - Gláucia Regina Centeno Cordeiro de Campos, representante da Secretaria de Engenharia e Arquitetura;
- VII - Grace Ramos Cardoso Leão, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- VIII - Arthur Watrin da Costa, analista judiciário, representante da Secretaria de Informática;
- IX - Anailton Paulo de Alencar, representante da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças;
- X - Tacimar Sarmiento Vieira, representante da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças;
- XI - Muiracatiara Miranda Chagas, representante da Secretaria de Administração;

XII - Enderson Clayson Goncalves Silva, representante da Secretaria de Administração;

XIII - Will Montenegro Teixeira, representante do Departamento de Comunicação;

XIV - Luiz Philippe Alho Maria, analista judiciário, representante das pessoas com deficiência, eleito por votação direta entre os seus pares;

XV - Alessandra Fernanda Martins Rodrigues, auxiliar judiciária, representante das pessoas com deficiência, eleita por votação direta entre os seus pares;

XVI - Ana Luiza Pavão Soares, analista judiciária, representante das pessoas com deficiência, eleita por votação direta entre os seus pares;

XVII - Edinaldo Bomfim Sales, analista judiciário, representante das pessoas com deficiência, eleito por votação direta entre os seus pares;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 3121/2023-GP, de 13 de julho de 2023.